

Sinpro busca negociar com GDF e com o governador eleito

Objetivo do Sinpro é estabelecer com o novo governo um diálogo respeitoso, mas que atenda as demandas da nossa categoria

O Sinpro vem tentando negociar as principais reivindicações da nossa categoria com os atuais ocupantes do GDF (veja documento abaixo). Apesar de termos participado de algumas reuniões, até o momento ainda não tivemos avanços. Nossas principais demandas ainda não se transformaram em fatos concretos, como a reformulação do Plano de Carreira, a implantação dos planos de Saúde e Habitacional, entre outras.

Também enviamos correspondência (vide abaixo) ao governador eleito, José Roberto Arruda, para estabelecer desde já um processo negociado e, ao mesmo tempo, firmar as propostas feitas durante a campanha eleitoral, pois muitas delas atendem nossos interesses.

Até o presente momento, entretanto, ainda não tivemos retorno do governador eleito para marcarmos uma reunião.

Entendemos que as negociações, tanto

com o atual GDF quanto com o futuro governo, devem partir de um patamar mínimo. Esse patamar, em termos salariais, deve ser o mesmo do reajuste do Fundo Constitucional, que foi de cerca de 14,1% de 2006 para 2007, já a partir de janeiro. O fundo é constituído por recursos oriundos do governo federal, destinado para a Segurança, a Saúde e a Educação do Distrito Federal.

O governador eleito e o próprio vice, Paulo Otávio, declararam que são a favor de repassar para os salários dos professores o mesmo percentual de reajuste do Fundo Constitucional. Assim, entendemos que esse é um patamar mínimo de negociação, mas que deve estender-se, a fim de corrigir a histórica diferença entre os salários dos professores do DF e das demais categorias de servidores de nível superior.

Os futuros governantes têm afirmado

publicamente que terão problemas para governar no primeiro ano de mandato, já que o orçamento do DF ainda não foi liberado. Cabe ressaltar que o índice de reajuste dos recursos do Fundo Constitucional, entretanto, já está definido e que seu repasse é mensal, assegurado por lei.

Remanejamento

Os atuais ocupantes do GDF garantiram que o concurso de remanejamento externo e interno seria realizado até dezembro deste ano. Até agora, porém, não foram publicados os critérios do concurso, nem anunciada a sua data ou qualquer medida que assegure sua realização na data acordada.

Conclamamos todas as professoras e todos os professores a comparecerem à assembleia do próximo dia 22, quando estes e outros temas serão debatidos.

O Fundo Constitucional teve um reajuste de 14,1%, já a partir de janeiro de 2007. Por isso, também a partir desse mês, o correto é que nossos salários devam ser reajustados em pelo menos 14,1%, já que o fundo é para pagar os salários.

CE Nº 075-SO-SINPRO-DF

Brasília, 10 de outubro de 2006

Excelentíssima Senhora
Maria de Lourdes Abadia
Governadora do Distrito Federal

Como é do conhecimento de V. Exa. o SINPRO/DF tenta ao longo destes últimos meses, restabelecer um diálogo para encaminhar nossas demandas.

Temos recebido por parte da senhora governadora e do seu secretariado, manifestações de boa vontade quanto ao atendimento da nossa pauta de reivindicações. No entanto, estas boas intenções não têm se traduzido em atitudes concretas por parte do governo, no sentido de solucionar de uma vez por todas a discriminação sofrida pelos professores com relação às demais categorias do GDF.

Por outro lado, alguns dos itens parcialmente negociados como, reformulação do Plano de Carreira, participação do Sinpro em comissões que regulamentem os remanejamentos, lotação e distribuição de turmas, implantação do GDF Saúde entre outros, pontos que já foram negociados e há entendimentos que lamentavelmente não prosperaram.

Faço ao exposto, a categoria dos professores representada pelo Sinpro, aguarda de Vossa excelência um gesto de generosidade para com a Educação Pública do DF, recebendo o quanto antes a nossa comissão de negociação. Este gesto de respeito à categoria por certo irá coroar o vosso mandato com a gratidão e apreço de todos os professores e professoras do Distrito Federal.

Certos de sermos prontamente atendidos, agradecemos

Atenciosamente,

José Raimundo Souza Oliveira
Secretaria de Relações Institucionais
Diretoria Colegiada do SINPRO/DF

CE Nº 074-SO-SINPRO-DF

Brasília, 10 de outubro de 2006.

Exmo Senhor
Deputado José Roberto Arruda
Governador Eleito do Distrito Federal

O SINPRO, Sindicato dos Professores no Distrito Federal, entidade representativa dos professores, cuja história foi construída na luta pela redemocratização do Brasil, pela conquista da representação política do Distrito Federal e pela defesa incansável dos direitos dos trabalhadores, em particular dos professores da Rede Pública de Ensino no DF, parabeniza Vossa Excelência pela expressiva vitória obtida no último pleito eleitoral.

Em virtude da discriminação sofrida por nossa categoria nos últimos anos, principalmente no que se refere às questões salariais e condições de trabalho e da manifesta preocupação de Vossa Excelência ao firmar em sua plataforma de campanha compromissos específicos com a Educação Pública e, em especial, com os professores que nela atuam é que, em nome destes, solicitamos uma audiência com Vossa Excelência para discutirmos as legítimas e urgentes reivindicações desta valorosa categoria como, por exemplo, equiparação salarial com os demais servidores de nível superior do GDF, gestão democrática nas escolas, plano de saúde para os professores, política habitacional, reformulação do plano de carreira, entre outras.

Aproveitando a oportunidade, apresentamos nossa intenção de estabelecer o necessário e democrático diálogo para os devidos encaminhamentos com relação aos compromissos firmados em sua campanha, com o objetivo de priorizar a educação em seu governo, sob o título "Carta aberta aos professores e auxiliares da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Atenciosamente

José Raimundo de Oliveira
Secretaria de Relações Institucionais
Diretoria Colegiada do SINPRO/DF

**Nova assembleia geral
no dia 22 de novembro**

A nossa próxima assembleia geral será no dia 22 de novembro, às 15h30, com compactação de horário, na sede do Sinpro. Esperamos que até lá já tenhamos avançado nas negociações com o GDF e possamos decidir sobre a reformulação do Plano de Carreira e o reajuste salarial.

**Assembleia de prestação
de contas será no dia 18/11**

No próximo dia 18, às 9h30, na sede do Sinpro, será realizada assembleia de prestação de contas do Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

Fundeb é aprovado em Comissão Especial da Câmara e vai ao plenário para votação

Foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara, no último dia 7, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Com ele, o governo pretende injetar R\$ 50 bilhões na rede pública de ensino pelos próximos 14 anos e elevar a todos os demais níveis educacionais as melhorias até então restritas ao Fundeb, direcionando apenas à educação fundamental.

O texto agora precisa ser submetido ao plenário o que,

segundo o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), deverá acontecer tão logo seja desobstruída a pauta.

"A aprovação tende a ser bastante tranquila no plenário", disse o deputado Severiano Alves (PDT-BA), presidente da comissão especial. Aprovada, a PEC estará pronta para a promulgação. Normalmente, o Congresso não leva mais que 15 dias para finalizar o trâmite. O Ministério da Educação informou que se isso acontecer, o programa educacional que acompanha o fundo terá vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

Trâmite

A PEC já havia sido aprovada pela Câmara. Mas precisou voltar porque recebeu emendas no Senado. Ao reexaminá-la, os deputados acataram três das mudanças. A ideia original do governo era capitalizar o fundo em quatro anos, com aporte de R\$ 1,9 bi no primeiro ano, R\$ 2,5 bi no segundo, R\$ 3,5 bi no terceiro e R\$ 4,5 bi no quarto. Esses recursos virão do orçamento do Ministério da Educação. Além deles, o Fundeb, cuja vigência está prevista para até 2019, será abastecido com dinheiro de outras fontes orçamentárias, totalizando os R\$ 50 bilhões ao

fim do prazo de vigência.

Com a passagem do texto pelo Congresso, porém, os quatro anos propostos pelo governo caíram para três anos. A mudança foi feita pelos senadores e ratificada pelos deputados. O novo calendário prevê o aporte de R\$ 2 bilhões no próximo ano, R\$ 3 bilhões em 2008 e R\$ 4,5 bilhões em 2009.

Uma das medidas previstas para a bolada é o aumento de salário dos professores da rede pública. O piso será definido até 90 dias depois da promulgação da emenda.

Outra alteração no texto diz respeito à definição de educação infantil. A ida-

de em que a criança deixa o ensino fundamental foi fixada em cinco anos. Tal parâmetro é essencial para a distribuição do dinheiro do fundo aos municípios - calculado a partir do número de matrículas nos níveis infantil e médio, multiplicado por R\$ 82 por capita/mês. O resultado da conta deve ser subtraído de 20% do Fundo de Participação dos Municípios. Se a necessidade per capita de determinada cidade não for atendida com o FPM, ela recebe a complementação do Fundeb.

Os deputados rejeitaram a emenda feita no Senado que destinava dinheiro do

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para lastrear o Fundeb.

Do ponto de vista orçamentário, a medida não deve causar embaraços, porque o Orçamento Geral da União para o próximo ano ainda não foi votado pelo Congresso, assim como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O fundo é formado por uma cesta de impostos, de transferências constitucionais de estados e municípios e de uma parcela de complementação da União. Pelo menos 60% de recursos dos fundos serão usados para os salários dos professores.

Lula: conferência aponta novos rumos para educação

Ricardo Stuckert/PR - Agência Brasil



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa na cerimônia de encerramento da 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

A 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica tem a dimensão de apontar novos rumos para a educação brasileira. A afirmação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso no encerramento da conferência, realizada em Brasília de cino a oito de novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

"Minha história pessoal se remete ao ensino profissionalizante", lembrou. "Fui o primeiro filho, de oito, a ter uma profissão, pelo simples fato de ter tido a oportunidade de aprendê-la", afirmou o presidente. A participação de Lula no encerramento da conferência marcou o seu primeiro ato público após as eleições.

O presidente Lula reite-

rou o seu compromisso de até o final do mandato implantar uma escola técnica e uma extensão universitária em cada cidade-polo brasileira. Para Lula, é com investimento na educação que o Brasil poderá sair da posição de país emergente e ser colocado no rol das nações desenvolvidas. "Com educação não se gasta, se investe. Não há nada que dê mais retorno que investir em conhecimento", disse.

Lula lembrou que o Programa Universidade para Todos (ProUni) tem ajudado os alunos que não podem custear o ensino superior a ingressar na universidade.

Financiamento

Entre os temas discutidos na 1ª Conferência Nacional

de Educação Profissional e Tecnológica estava a questão do financiamento para essa modalidade de ensino por meio de um fundo permanente. Hoje não há financiamento específico para o setor.

Os participantes discutiram também a elaboração de uma política para a educação profissional e tecnológica no país e a integração das redes federal, estadual, municipal, privada e comunitária do setor.

Cerca de 2,5 mil pessoas participaram do encontro entre dirigentes do Ministério da Educação, representantes de instituições federais, além de entidades sindicais, organizações não-governamentais, professores, alunos, gestores e trabalhadores em educação.

Solidariedade a Emir Sader

A diretoria colegiada do Sinpro manifesta público seu apoio e solidariedade ao professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Emir Sader, também colunista da agência Carta Maior, condenado pelo juiz Rodrigo César Muller Valente, da 22ª Vara Criminal de São Paulo por suposta injúria, em ação movida pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

O professor Emir Sader foi condenado a um ano de detenção em regime aberto. A pena pode ser convertida em serviços prestados à comunidade.

Além disso, o juiz o condenou a perder o cargo de professor da UERJ.

O "Manifesto de Solidariedade a Sader" já conta com mais de 11 mil assinaturas de intelectuais e artistas e foi lido no plenário do congresso pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Adesões ao manifesto podem ser feitas pelo seguinte endereço eletrônico: www.petitiononline.com/emir/petition.html

O promotor de Justiça Renato Eugênio de Freitas Peres, do Ministério Público de São Paulo, entrou com recurso con-

tra a decisão do juiz. Ele afirmou que o processo movido pelo senador sequer deveria ter sido acolhido em tribunal. Mas o parecer não pára por aí. Além de considerar os erros processuais, entra no mérito da questão. É taxativo: "trata-se aqui de uma disputa ideológica. Nenhuma das partes é um criminoso". E vai ao âmago do problema, quando diz que se o professor chamou o senador de "racista", "não há controvérsia sobre o fato de que o Exmo. Senador da República lançou mão da expressão 'a gente vai se ver livre desta raça'".

Plano de Habitação será divulgado até o dia 22

Em negociação com o GDF realizada no início de novembro, os representantes do governo se comprometeram a divulgar até o próximo dia 22 todos os detalhes do programa habitacional para os professores. Já foi definido que a Pouplex será o agente financiador. O financiamento poderá ser usado para comprar habitações novas, usadas, ou material de construção.

Não haverá impedimentos, ou seja, mesmo quem já tem um imóvel poderá par-

ticipar do programa. O professor terá um prazo de 48 meses para financiar a compra de material de construção e 144 meses para quitar o financiamento para a aquisição de imóveis. Os juros serão de 0,75% ao mês para casas ou apartamentos com preço de R\$ 120 a R\$ 150 mil, de 0,9% para habitações de R\$ 150 a 350 mil e 1% para acima de R\$ 350 mil. O desconto será feito no contracheque. No dia 22 deverão ser divulgado os locais destinados à moradia e os docu-

mentos que serão necessários, entre outros detalhes.

Plano de Saúde

Em relação ao Plano de Saúde o GDF disse que está estudando propostas de prestadores de serviços na área. A intenção é que o plano comece a funcionar ainda este ano. Notícia divulgada pelo *Jornal de Brasília*, entretanto, afirma que até o final deste mês estarão cadastradas as clínicas e hospitais que prestarão atendimento aos servidores do GDF.

Abaixo-assinado repudia estratégia para matrículas

Professoras e professores do Sinpro fizeram um abaixo-assinado em repúdio a estratégia de matrícula para o ano de 2007, que os obriga a enfrentar turmas superlotadas, com até 45 alunos por sala da 1ª à 4ª séries. "Tal medida vem apenas afirmar o descaso por parte do governo com a educação e com a saúde destes profissionais", diz o texto.

Segundo o abaixo-assinado, o atual governo está preocupado apenas em alcançar índices quantitativos e promove a irresponsável superlotação de turmas, o

que certamente acarretará na queda de qualidade do ensino e na debilitação da saúde do professor devido às condições subhumanas de trabalho.

As professoras e professores lembram que a Constituição Federal em seu artigo 206, bem como o regimento escolar do Distrito Federal, no capítulo II, "garantem ao educando um ensino de qualidade visando o seu pleno desenvolvimento". E, diante da medida do GDF, perguntam: Como é possível um educador alfabetizar 45 crianças simultaneamente e ainda

prepará-los para serem cidadãos conscientes? A categoria que já se encontra doente devido às péssimas condições de trabalho suportará mais esta transferência de responsabilidades?

Diante de mais essa medida descomprometida com a educação e com os professores, a diretoria colegiada do Sinpro estará, juntamente com a categoria na luta para defender nossos interesses e dos alunos. Sabemos que somente com a nossa pressão conseguiremos dobrar o caso do GDF.

O cinema na educação

"Negritude, cinema e educação" é o título do livro organizado por Edileuza Penna de Souza, que busca levar a dinâmica do cinema para as salas de aula. Como diz o cineasta e doutor em Comunicação Joel Zito Araújo, "expande a capacidade crítica desses importantes mediadores culturais que, compreendendo que a nova geração de brasileiros é especialmente encantada pela linguagem audiovisual, dinamizam suas aulas utilizando o cinema como instrumento potencializador de debates sobre questões contemporâneas".



Ao dedicar a apresentação do livro a "Exu, patrono das comunicações, Orixá dos Caminhos", Edileuza lembra que a publicação nasceu de conversas realizadas

durante um seminário promovido pela Unesco e que na discussão sobre o papel do cinema veio a tona "uma das célebres frases de Roquete Pionto, em 1936: O ideal é que o cinema e o rádio fossem, no Brasil, escolas dos que não têm escolas".

A publicação, que busca "caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003", traz diversos intelectuais e estudiosos analisando o papel do cinema na reflexão e educação, rumo à cidadania, colaborando como superador do preconceito racial. O livro é da Maza Edições.